



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
Gabinete da Vereadora Loíde Gonçalves

**Requerimento de Comissão**

**1654/2023**

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da mesa, ao Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, André Abreu Reis, pedido de informação sobre a paridade e equiparação salarial dos professores aposentados em relação aos professores que estão na ativa.

1. Em 2018 foi promulgada a Lei 11.132/2018, que reestruturou a carreira dos professores da educação infantil, o que acarretou um aumento salarial para os profissionais que estavam na ativa. Na ocasião os professores aposentados também foram contemplados?
2. Qual o percentual de aumento foi concedido para os professores aposentados de 2017 até o ano de 2023? Relacionar os valores e percentuais para cada ano.
3. Quantos professores estão aposentados na rede municipal de educação? E quantos tem direito a paridade?
4. É possível estender o aumento dado aos professores ativos, para os inativos?
5. Há previsão de dotação orçamentária para o ano que vem que contemple a equiparação salarial dos professores inativos com os ativos?

Belo Horizonte, 23 de junho de 2023.

ELIZETE LOIDE  
GONCALVES  
TAVARES:048417926  
86

Assinado de forma digital por  
ELIZETE LOIDE GONCALVES  
TAVARES:04841792686  
Dados: 2023.06.23 10:24:12  
-03'00'

**Vereadora Loíde Gonçalves**  
Podemos/MG

Ao Excelentíssimo Senhor  
Vereador Wilsinho da Tabu  
Presidente da Comissão de Administração Pública

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 23/06/23  
HORA: 10:28

5123802



INÍCIO    TERMOS DE USO    F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 23/06/2023 13:56:10 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** Requerimento - Pedido de informação - Professores aposentados.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** f9b5ce8bf9c88ad2144de611e2c31bc3592e00c2f9ffbd838cb2070bbac5b129  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ Assinatura por CN=ELIZETE LOIDE GONCALVES TAVARES:\*\*\*417926\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 23/06/2023 13:24:12 UTC

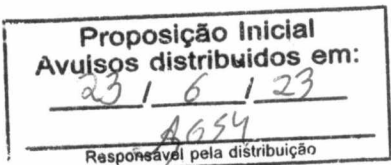
▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE SERVIÇO

EXPANDIR ELEMENTOS

Modo escuro ☐





**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**Gabinete da Vereadora Loíde Gonçalves**

**Requerimento de Comissão**

**1661/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da mesa, ao prefeito Fuad Noman e o Secretário Municipal de Governo, Josué Costa Valadão, pedido de informação a respeito do projeto instalação de painéis fotovoltaicos nas escolas públicas de Belo Horizonte, esclarecendo as seguintes questões a seguir:

- 1) Quantas escolas estavam previstas no projeto para instalação dos painéis fotovoltaicos?
- 2) Quais escolas já foram atendidas por esse sistema de painel fotovoltaico?
- 3) No caso específico da Escola Municipal Herbert José de Souza qual foi a economia gerada ao erário com a instalação das placas?
- 4) Qual o valor estimado que se espera de economia ao erário com a implantação das placas fotovoltaicas nas demais escolas?
- 5) Qual a previsão de instalação das placas fotovoltaicas nas demais escolas remanescentes e o cronograma previsto para a devida instalação?

Belo Horizonte, 26 de junho de 2023.

ELIZETE LOIDE  
GONCALVES  
TAVARES:04841792  
686

Assinado de forma digital por  
ELIZETE LOIDE GONCALVES  
TAVARES:04841792686  
Dados: 2023.06.26 16:34:13  
-03'00'

Vereadora **Loíde Gonçalves**  
Podemos/MG

GABRIEL SOUSA  
MARQUES DE  
AZEVEDO:0146  
6629622

Assinado de forma digital por  
GABRIEL SOUSA MARQUES DE  
AZEVEDO:01466629622  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=20828519000170,  
ou=Presencial, ou=Certificado: PF A3,  
cn=GABRIEL SOUSA MARQUES DE  
AZEVEDO:01466629622  
Dados: 2023.06.26 16:36:41 -03'00'

Vereador **Gabriel**  
Presidente da Câmara Municipal

Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão de Administração Pública

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 26/06/23  
HORA: 16:34

512 3832

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 26/06/2023 19:46:33 UTC  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Requerimento Pedido de Informação - Placas Fotovoltaicas.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 6b77ea0b163d97211eeefd035198a57ee0db98e0b4e5447a3b89a6b00c0f7c7  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 2

▼ BR Assinatura por CN=ELIZETE LOIDE GONCALVES TAVARES;\*\*\*417926\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla  
v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 26/06/2023 19:34:13 UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▼ BR Assinatura por CN=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO;\*\*\*666296\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla  
v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 26/06/2023 19:36:41 UTC  
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

**Proposição inicial**  
**Avulsos distribuídos em:**

26 / 06 / 2023**Responsável pela distribuição**AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

1663/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a Comissão de Administração Pública, nos termos regimentais, que a Audiência Pública já aprovada por esta comissão, através do requerimento 1615/2023, seja ainda deliberada e aprovada, o acréscimo da relação de convidados que seguem:

- Andre Luiz Altair – Centro de Atendimento ao Trabalhador Ambulante – CATA;
- Vânia da Silva Rodrigues – Representante dos Caixeiros da Região Central;
- Thais Console – Representante Jurídica do Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos;
- Ernani Pereira – Representante da Unicab e Barraqueiros do Mineirão;

Belo Horizonte, 27 de junho de 2023.

BRUNO

ABREU

GOMES:06215

011665

Assinado de forma  
digital por BRUNO

ABREU

GOMES:06215011665

Dados: 2023.06.27

10:18:30 -03'00'

Vereador Bruno Pedralva

Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Comissão de Administração Pública

ARQUIVADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 27/06/23  
HORA: 10:23  
5123835



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 27/06/2023 13:26:00 UTC  
Versão do software 2.11rc5

### ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo acrescetar\_convitados.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 3a918e4abfc68bc4bf02d71ac5f8308c637c3ee83c548752cb80dda787ac5f96  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=BRUNO ABREU GOMES:\*\*\*150116\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

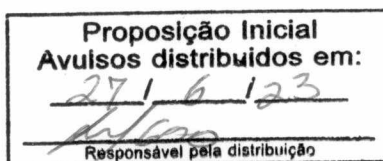
### ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 27/06/2023 13:18:30 UTC  
Status dos atributos Aprovados

### ▶ Informações do assinante

### ▶ Caminho de certificação

### ▶ Atributos



AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### PARECER DE 1º TURNO SOBRE PROJETO DE LEI Nº 552/23

#### 1. RELATÓRIO:

De autoria do Ver.(a) Ver.(a) Ciro Pereira, o Projeto de Lei em epígrafe que "Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 19 da Lei nº 9.725/09, que Institui o Código de Edificações do Município de Belo Horizonte e dá outras providências", vem à esta Comissão para análise e parecer em 1º turno.

Seguindo o rito regimental, vem a proposta às comissões de mérito a fim de que seja analisado o PL 552/2023.

A Comissão de Legislação e Justiça, ao apreciar a matéria em 1º turno, aprovou parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

A Comissão de Meio Ambiente, ao deliberar sobre a matéria aprovou parecer pela aprovação.

Seguindo o trâmite regimental vem a proposta a esta Comissão de Administração Pública, conforme despacho em que delimita a competência para análise, qual seja: art. 52, inciso II, alínea "I" do Regimento Interno.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei propõe a adição dos parágrafos 6º e 7º ao artigo 19 da Lei nº 9.725/09, que institui o Código de Edificações do Município de Belo Horizonte. A alteração proposta visa a não considerar o período de emergência sanitária decorrente da pandemia de COVID-19 para a contagem dos prazos previstos no artigo mencionado. Isso significa que o prazo de validade de cada alvará será automaticamente estendido após o período de emergência sanitária, considerando a parcela de seu prazo de validade que coincidiu com o período da pandemia.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 27/06/23  
HORA: 13:30



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O período de emergência sanitária é definido com o intervalo entre o dia 17 de março de 2020, data da declaração de situação de Emergência em Saúde Pública pelo Município, e o dia 22 de abril de 2022, data da declaração de encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pelo Ministério da Saúde.

A proposta do Projeto de Lei é, portanto, prorrogar os períodos para construção civil, a fim de restabelecer a normalidade para os prazos do setor, considerando os impactos da pandemia.

## **2.1- COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Diante do despacho presidencial cabe a análise desta comissão sobre os aspectos da matéria referente ao patrimônio público e ao regime jurídico-administrativo dos bens públicos.

Inicialmente, faz-se necessário uma leitura do que se propõe alterar na legislação atual para que seja possível realizar uma análise do PL. Destarte, é a redação atual:

Art. 19 - O Alvará de Construção terá o prazo de validade de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua expedição.

§ 1º - O prazo mencionado no caput deste artigo não correrá durante impedimento judicial, desde que devidamente comprovada sua duração por documento hábil.

§ 2º - Findo o prazo previsto no caput deste artigo sem que a obra tenha sido concluída, observar-se-á o seguinte:

I - o Alvará de Construção poderá ser revalidado por mais 4 (quatro) anos, desde que não tenha havido alteração na legislação municipal pertinente;

II - na ocorrência de alteração na legislação, o Alvará de Construção poderá ser revalidado apenas para a conclusão da parte correspondente à estrutura já executada, por período de mais 4 (quatro) anos.

§ 3º - Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, para a revalidação de Alvará de Construção de obras que incluam a complementação da estrutura constante de projeto aprovado, este deverá ser reapresentado para aprovação, de acordo com os critérios da nova legislação.

§ 3º-A Excepcionalmente, a revalidação de Alvará de Construção de obras que incluam a complementação da estrutura constante de projeto aprovado de acordo com parâmetros urbanísticos alterados por lei superveniente



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

poderá ocorrer, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

I - os parâmetros urbanísticos constantes da legislação alterada e considerados para aprovação do projeto arquitetônico poderão ter sido objeto de, no máximo, uma única alteração;

II - eventuais modificações de projeto não poderão resultar em parâmetros urbanísticos menos restritivos que aqueles constantes do projeto aprovado;

III - a revalidação do Alvará de Construção, na hipótese prevista neste parágrafo, será onerosa, determinando-se o valor devido pela fórmula  $V = (A_p - A_e)/2 \times V_t/C_{Ab}$ , na qual:

a) V é o valor a ser pago pelo requerente;

b)  $A_p$  é a área líquida a edificar constante do projeto arquitetônico aprovado;

c)  $A_e$  corresponde à área líquida edificável, apurada de acordo com a legislação em vigor, ou à área líquida edificada correspondente à estrutura já executada, o que for maior;

d)  $V_t$  é o valor do metro quadrado de terreno, apurado em conformidade com os elementos constantes do Cadastro Imobiliário, utilizados para a definição da base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso "Inter Vivos" - ITBI;

e)  $C_{Ab}$  é o Coeficiente de Aproveitamento básico do terreno. (Redação dada pela Lei nº 11.002/2016)

§ 3º-B O valor apurado para a revalidação de Alvará de Construção na forma do § 3º-A deste artigo poderá ser objeto de parcelamento, na forma do regulamento. (Redação acrescida pela Lei nº 10.715/2014)

§ 3º-C VETADO (Redação acrescida pela Lei nº 10.715/2014)

§ 3º-D As variáveis  $A_p$  e  $A_e$  serão definidas, tomando-se por base os critérios legais vigentes de cálculo de área construída. (Redação acrescida pela Lei nº 11.002/2016)

§ 3º-E Fica dispensado do pagamento do valor de que trata o § 3º A deste artigo o condomínio de adquirentes que, com o objetivo de dar continuidade à construção do empreendimento, promover a destituição do incorporador, em virtude de paralisação injustificada da obra, da existência da declaração de falência ou de recuperação judicial. (Redação acrescida pela Lei nº 11.002/2016)

§ 3º-F Na hipótese de que trata o § 3º E, a revalidação do Alvará de Construção poderá ser concedida mesmo que não tenha ocorrido o início das



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

obras. (Redação acrescida pela Lei nº 11.002/2016)

§ 3º-G O incorporador que venha a ser regularmente destituído na forma da Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, terá suspenso o direito de obter novos alvarás de construção no Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do ato de destituição. (Redação acrescida pela Lei nº 11.002/2016)

§ 4º - O Alvará de Construção poderá ser cancelado mediante solicitação do proprietário.

§ 5º - O Alvará de Construção será anulado quando constatada irregularidade no processo de aprovação.

O artigo 19 da Lei 9725/09 de Belo Horizonte, que o Projeto de Lei 552 busca alterar, estabelece as regras para a validade e revalidação do Alvará de Construção. Segundo o artigo, o Alvará de Construção tem validade de quatro anos, podendo ser revalidado por mais quatro anos, desde que não haja alterações na legislação municipal pertinente.

O artigo também estabelece condições para a revalidação do Alvará de Construção em caso de alterações na legislação, bem como regras para a revalidação de Alvará de Construção de obras que incluam a complementação da estrutura constante de projeto aprovado. Além disso, o artigo prevê a possibilidade de cancelamento ou anulação do Alvará de Construção em determinadas circunstâncias.

A proposta do Projeto de Lei 552 é acrescentar ao artigo 19 os parágrafos 6º e 7º.

§ 6º - O período de emergência sanitária decorrente da pandemia de covid-19 não será considerado para a contagem dos prazos previstos no caput e no § 2º deste artigo, acrescentando-se automaticamente ao prazo de validade de cada alvará, após o período de emergência sanitária, a parcela de seu prazo de validade que tenha coincidido com o período da pandemia.

§ 7º- Para fins do disposto no § 6º deste artigo, considera-se período de emergência sanitária decorrente da pandemia de covid-19 o período compreendido entre o dia 17 de março de 2020, data da declaração de situação de Emergência em Saúde Pública pelo Município, e o dia 22 de abril de 2022, data da declaração de encerramento da Emergência em Saúde



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pública de Importância Nacional pelo Ministério da Saúde."

Como visto, estes novos parágrafos estabelecem que o período de emergência sanitária decorrente da pandemia de COVID-19 não será considerado para a contagem dos prazos previstos no artigo. Isso significa que o prazo de validade de cada alvará será automaticamente estendido após o período de emergência sanitária, considerando a parcela de seu prazo de validade que coincidiu com o período da pandemia.

Essa alteração pode ter implicações significativas para a gestão do patrimônio público e do regime jurídico-administrativo dos bens públicos, na medida em que altera os prazos e condições para a validade e revalidação dos Alvarás de Construção. Isso pode afetar a programação e a supervisão das obras de construção civil, especialmente aquelas que envolvem propriedades públicas ou que são de interesse público.

Do ponto de vista do patrimônio público, essa medida pode ter implicações significativas. Se considerarmos que muitas obras de construção civil envolvem infraestruturas públicas ou são de interesse público, a prorrogação dos prazos pode afetar o cronograma de entrega dessas obras e, conseqüentemente, a disponibilidade dessas infraestruturas para o uso público. No entanto, ao mesmo tempo, a medida pode evitar a paralisação completa de algumas obras, garantindo que elas sejam concluídas, mesmo que em um prazo maior.

No que diz respeito ao regime jurídico-administrativo dos bens públicos, a proposta do Projeto de Lei também pode ter implicações importantes. A prorrogação dos prazos altera as condições sob as quais os Alvarás de Construção são concedidos e revalidados. Isso pode exigir ajustes na forma como as autoridades municipais administram e supervisionam as obras de construção civil. Além disso, a medida pode exigir uma revisão dos contratos e acordos existentes relacionados a essas obras, para acomodar a extensão dos prazos.

No entanto, a proposta também pode ser vista como uma medida necessária para mitigar os impactos da pandemia da COVID-19 na indústria da construção civil, permitindo que as obras sejam concluídas apesar dos atrasos e interrupções causados pela pandemia. Além disso, a medida pode trazer benefícios significativos para a economia local, ao evitar a paralisação de obras e permitir que a indústria da construção civil continue a contribuir para o



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

desenvolvimento da cidade, mesmo em meio à pandemia.

Ademais, a proposta do Projeto de Lei está alinhada com o princípio da eficiência, um dos princípios fundamentais da administração pública, que preconiza a busca pela melhor utilização possível dos recursos disponíveis para alcançar os objetivos públicos. Ao permitir a prorrogação dos prazos para a construção civil, o projeto possibilita que as obras sejam concluídas, evitando o desperdício de recursos que poderia ocorrer se essas obras fossem abandonadas ou atrasadas indefinidamente devido à pandemia.

A medida proposta pode ser uma ferramenta valiosa para ajudar a cidade de Belo Horizonte a navegar pelos desafios impostos pela pandemia da COVID-19 e a garantir a continuidade do desenvolvimento urbano e econômico da cidade.

Dadas as análises, não vislumbramos óbices que impactem na regular tramitação da proposição nesta Casa quanto ao mérito atinente desta Comissão, por isso passamos à conclusão que se segue.

### **3. CONCLUSÃO:**

Por todo o exposto, concluo este parecer pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Nº 552/23.

Belo Horizonte, 27 de junho de 2023.

ROBERTO ELBO  
GONCALVES:87  
136791634

Assinatura de Roberto Elbo Gonçalves  
Assinatura Digital  
CNPJ nº 08.947.188/0001-90  
CPF nº 089.471.880-00  
Assinatura Digital  
CNPJ nº 08.947.188/0001-90  
CPF nº 089.471.880-00

Vereador Roberto da Farmácia

Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

### ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 27/06/2023 16:34:08 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

#### ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** Parecer (552-23) Administracao Roberto ass.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 2d338d379c894f3522555de95f649ddcbf660576ac46fe07a786dd33a70ce228  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

#### ▼ BR Assinatura por CN=ROBERTO ELBO GONCALVES:\*\*\*367916\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=38038006000120, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

#### ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 27/06/2023 16:27:16 UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

#### ▶ Informações do assinante

#### ▶ Caminho de certificação

#### ▶ Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

|        |     |
|--------|-----|
| Dirleg | Fl. |
|        |     |

## Comissão de Administração Pública Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 564/2023

### Relatório

O Projeto de Lei nº 564/2023 (doravante denominado “PL 564/2023”), que *“institui o Programa Municipal de Incentivo às Batalhas de Rimas, aos Saraus e aos Slams”*, de autoria das Vereadoras e dos Vereadores Iza Lourença, Bruno Pedralva, Cida Falabella e Pedro Patrus foi protocolado em 11/04/2023.

Autuado, foi apreciado em 1º Turno pela Comissão de Legislação e Justiça, com parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição, com apresentação de uma emenda, com aprovação do parecer da Relatora, Vereadora Fernanda Pereira Altoé. Ato seguido, na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, foi aprovado parecer pela aprovação da proposição, tendo como Relatora a Vereadora Professora Marli. Posteriormente, na Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, foi aprovado parecer pela aprovação, de relatoria do Vereador César Gordin.

Finalmente, a proposição foi submetida a esta Comissão de Administração Pública em 1º Turno, em que fui designado Relator, razão pela qual passo então a emitir o parecer acerca da matéria referente ao Projeto de Lei nº 580/2023, quanto ao mérito, nos termos do art. 52, inc. II, c/c art. 85 do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

### Fundamentação

Primeiramente, cumpre salientar que este parecer deve se ater ao teor do Projeto de Lei nº 564/2023, quanto à temática meritória desta Comissão, prevista nas alíneas do inc. II do art. 52, do Regimento Interno desta Câmara, a saber:

*“Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:*

*(...)*

*II - Comissão de Administração Pública:*

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 27/06/23  
HORA 12:31

  
**WAGNER FERREIRA**  
VEREADOR



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

|        |     |
|--------|-----|
| Dirleg | Fl. |
|        |     |

- a) organização político-administrativa do Município;
- b) política de descentralização e regionalização da atividade administrativa;
- c) instrumentos de participação popular na administração pública;
- d) planos de inter-relação dentro da região metropolitana;
- e) regime jurídico dos servidores públicos;
- f) sistema previdenciário dos servidores;
- g) estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta;
- h) delegação de serviços públicos;
- i) matéria referente ao patrimônio público e ao regime jurídico-administrativo dos bens públicos;
- j) prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico;
- l) matéria referente ao direito administrativo em geral”;

Com efeito, o PL 564/20, composto de 6 (seis) artigos em sua redação da proposição original, busca instituir o Programa Municipal de Incentivo às Batalhas de Rimas, aos Saraus e aos Slams no município de Belo Horizonte. Da análise da proposição, verifica-se que esta define conceitos de algumas manifestações culturais (art. 1º), prevê objetivos do Programa a ser instituído (art. 2), preceitua ações para serem adotadas para implementação do Programa (art. 3º), garante a participação do segmento social interessado na elaboração e implementação das ações deste PL (art. 4º), determina que as ações deste PL correspondem ao comando do Programa Cultura Viva (art. 5º) e, ao final, estabelece que a lei será regulamentada pelo Poder Executivo (art. 6º).

Segundo a justificativa da proposição, Belo Horizonte já tem uma atividade de batalhas de rimas, saraus e slams, com cerca de 40 eventos que acontecem com frequência semanal, quinzenal ou mensal em bairros e periferias desta Capital, além de sediar as finais dos Duelos Nacionais, consolidando assim o estado de referência do Município nesta área. Lado outro, a justificativa aponta que tais eventos “enfrentam dificuldades para organização e apoio, além da perseguição e desarticulação por ser uma expressão cultural periférica. Para contribuir para a melhor organização e difusão da cultura é necessária a instituição da Política Municipal de Incentivo às Batalhas de Rimas, aos Saraus e aos Slams”.

Em síntese, justificam os autores da proposição que “a estruturação dessa Política se justifica também pela compreensão da necessidade de suporte às manifestações culturais que sejam cotidianas para a população da cidade. Mesmo

  
**WAGNER FERREIRA**  
VEREADOR



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

|        |     |
|--------|-----|
| Dirieg | Fl. |
|        |     |

*que sejam de menor porte, batalhas de rimas, saraus e slams devem ter o apoio da administração municipal para serem realizadas, visando a descentralização e o incentivo da cultura periférica, em consonância com o Plano Municipal de Cultura”.*

Assim sendo, para análise temática desta Comissão, cumpre destacar que este PL trata de manifestações culturais específicas (batalhas de rimas, saraus e slams) no âmbito desta Capital, sendo que os principais aspectos do projeto que tangenciam a competência desta Comissão estão previstos no art. 3º do PL, o qual elenca ações para serem adotadas para implementação do Programa.

Nesse sentido, referido art. 3º propõe, em seus parágrafos, dentre outros pontos, o seguinte: *“introduzir as Batalhas de Rimais, os Saraus e os Slams no Calendário Oficial de Eventos do Município - COFEM; viabilizar a instalação de estrutura de recolhimento de lixo e energia elétrica nos locais de realização de batalhas de rimais, saraus e slams cadastradas; aplicar a taxa de licenciamento e taxa de análise, segundo avaliação socioeconômica do evento; e adotar políticas de estímulo à profissionalização e à capacitação dos agentes culturais para participação nos editais de fomento”.*

Sobre esses pontos, percebe-se que os autores do PL buscam maior apoio estrutural para a realização dos eventos de manifestação cultural narrados, notadamente, no que tange à Administração Pública, como viabilizar a instalação de estrutura de recolhimento de lixo e energia elétrica nos locais (serviços públicos por definição), introduzir os eventos no Calendário Oficial de Eventos do Município, e adotar políticas de estímulo à profissionalização.

Decerto, o PL encontra consonância com as melhores práticas da Administração Pública, de modo a viabilizar manifestações culturais da sociedade civil, sendo o Poder Público partícipe na função de auxílio na estruturação dos eventos. Nesse sentido, o art. 215, da Constituição Federal prevê que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas

  
**WAGNER FERREIRA**  
VEREADOR



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

|        |     |
|--------|-----|
| Dirleg | Fl. |
|        |     |

*e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional".*

Por essa razão, o PL encontra consonância com a Constituição Federal e com legislação pátria (em especial, a Lei nº 13.018/2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva), prevendo formas de apoio e suporte, por parte do Estado e da Administração Pública municipal, para eventos de manifestações culturais consolidados no Município.

Desse modo, além de não vislumbrar óbice ao projeto, no que tange à matéria restrita de competência desta Comissão, entendo-o como favorável e necessário para o Município, razão pela qual me manifesto pela aprovação do PL 564/2023.

Por fim, destaco sempre que não competem a esta Comissão maiores digressões sobre outros pontos do projeto, de modo que este parecer se restringe à análise temática das alíneas do inc. II do art. 52 do Regimento Interno desta Câmara.

## Conclusão

Ante o exposto, nos aspectos em que compete a esta Comissão examinar, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 564/2023.

Belo Horizonte, 27 de junho de 2023

WAGNER DE  
JESUS  
FERREIRA:036996  
81661

Assinado de forma digital  
por WAGNER DE JESUS  
FERREIRA:03699681661  
Dados: 2023.06.27  
12:13:54 -03'00'

Vereador Wagner Ferreira - PDT  
Relator

  
**WAGNER FERREIRA**  
VEREADOR

## RELATÓRIO

### ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 27/06/2023 15:42:57 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

#### ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** Parecer - PL 564-2023 - 1º turno.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 5ca34afe366d06c0b01dc7d439be689cec285cd20470e5b1069c5e616383e4da  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ BR Assinatura por CN=WAGNER DE JESUS FERREIRA:\*\*\*996816\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

#### ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 27/06/2023 15:13:54 UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

#### ▶ Informações do assinante

#### ▶ Caminho de certificação

#### ▶ Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

|        |     |
|--------|-----|
| Dirleg | Fl. |
|--------|-----|

## Comissão de Administração Pública Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 580/2023

### Relatório

O Projeto de Lei nº 580/2023 (doravante denominado “PL 580/2023”), que *“acrescenta o Capítulo VIII-A - Da concessão de crédito tributário - à Lei nº 8.725, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN”*, de autoria das Vereadoras e dos Vereadores Irlan Melo; Braulio Lara; Fernanda Pereira Altoé; Ciro Pereira; Helinho da Farmácia; Henrique Braga e Marcela Trópia foi protocolado em 14/04/2023.

Autuado, foi apreciado em 1º Turno pela Comissão de Legislação e Justiça, com parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição, com aprovação do parecer do Relator, Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio. Ato seguido, na Comissão de Orçamento e Finanças, foi aprovado parecer pela aprovação da proposição, tendo como Relatora a Vereadora Loíde Gonçalves.

Finalmente, a proposição foi submetida a esta Comissão de Administração Pública em 1º Turno, em que fui designado Relator, razão pela qual passo então a emitir o parecer acerca da matéria referente ao Projeto de Lei nº 580/2023, quanto ao mérito, nos termos do art. 52, inc. II, c/c art. 85 do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.


### Fundamentação

Primeiramente, cumpre salientar que este parecer deve se ater ao teor do Projeto de Lei nº 580/2023, quanto à temática meritória desta Comissão, prevista nas alíneas do inc. II do art. 52, do Regimento Interno desta Câmara, a saber:

*“Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:  
(...)*

*II - Comissão de Administração Pública:*

*a) organização político-administrativa do Município;*

  
**WAGNER FERREIRA**  
VEREADOR

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 22/06/23  
HORA 10:36



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

|        |     |
|--------|-----|
| Dirleg | Fl. |
|--------|-----|

- b) política de descentralização e regionalização da atividade administrativa;*
- c) instrumentos de participação popular na administração pública;*
- d) planos de inter-relação dentro da região metropolitana;*
- e) regime jurídico dos servidores públicos;*
- f) sistema previdenciário dos servidores;*
- g) estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta;*
- h) delegação de serviços públicos;*
- i) matéria referente ao patrimônio público e ao regime jurídico-administrativo dos bens públicos;*
- j) prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico;*
- l) matéria referente ao direito administrativo em geral";*

Com efeito, o PL altera a Lei nº 8.725/2003 (que dispõe sobre o ISSQN no Município), acrescentando os arts. 32-A a 32-F, e altera a Lei nº 9.795/2009 (que altera a Política Tributária do IPTU), revogando o art. 23 deste diploma legal. Em síntese, o PL visa ampliar as possibilidades de utilização de crédito tributário de aproveitamento de parcela do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISSQN") incidente sobre serviços acobertados por Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Assim sendo, para análise temática desta Comissão, cumpre destacar que este PL trata de direito tributário, notadamente, quanto à concessão de créditos tributários referentes a ISSQN, o que incide em matéria referente ao patrimônio público (e ao erário). Isso porque o PL permite que o crédito tributário de ISSQN, além de servir de crédito para desconto do IPTU, possa também ser convertido em depósito em espécie na conta corrente ou poupança mantida em instituição do Sistema Financeiro Nacional, desde que o crédito seja de pelo menos R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) e o contribuinte não tenha débitos com o Município.

De acordo com os autores, em sua justificativa, a proposta "*visa promover a solicitação de notas fiscais por parte dos cidadãos, ao contratar prestação de serviços no âmbito do Município de Belo Horizonte, o que contribui para garantir o devido recolhimento dos tributos e amplia o exercício do controle tributário municipal*". Continuam os autores, na justificativa do PL, informando que "*objetiva-se que o acúmulo de créditos para depósito em conta a ser fornecida pelo tomador do serviço possa refletir em aumento da solicitação de notas fiscais aos estabelecimentos prestadores de serviços, ampliação da arrecadação tributária e do controle, bem como ampliar a participação de cada vez mais contribuintes*".

  
**WAGNER FERREIRA**  
VEREADOR



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

|        |     |
|--------|-----|
| Dirleg | Fl. |
|--------|-----|

Isto posto, percebe-se que o PL em questão trata de questões financeiras e, segundo os autores, não cria nova despesa para o Município e não trata de concessão de benefício fiscal, apenas amplia as formas de utilização de crédito tributário já disciplinado na legislação municipal, além de determinar ao Executivo que regulamente as condições de concessão e apuração do valor do crédito tributário.

Diante desse cenário, ante a indicação dos autores de não se tratar o PL de instituição de nova concessão de benefício fiscal (ou de isenção ou compensação, por exemplo), aparentemente o PL não prevê renúncia de receita (o que poderia violar o art. 14 da LRF - Lei Complementar nº 101/2022). Dessa forma, se o patrimônio público não é diretamente afetado (no caso, o erário e a arrecadação tributária municipal), como apontam os autores, não vislumbro óbice ao projeto, no que tange à matéria restrita de competência desta Comissão. Por essa razão, ao menos em 1º Turno na matéria desta Comissão, manifesto-me pela aprovação do projeto.

Por fim, destaco que não competem a esta Comissão maiores digressões sobre eventual inconstitucionalidade ou vício de iniciativa da proposição, ou mesmo quanto a eventual ampliação de sujeitos beneficiados por créditos tributários e de hipóteses de aproveitamento dos créditos referidos, de modo que este parecer se restringe à análise temática das alíneas do inc. II do art. 52 do Regimento Interno desta Câmara.

## Conclusão

Ante o exposto, nos aspectos em que compete a esta Comissão examinar, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 580/2023.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2023

WAGNER DE  
JESUS  
FERREIRA:03699  
681661

Assinado de forma  
digital por WAGNER DE  
JESUS  
FERREIRA:03699681661  
Dados: 2023.06.22  
10:27:17 -03'00'

Vereador Wagner Ferreira - PDT

Relator

  
**WAGNER FERREIRA**  
VEREADOR

## RELATÓRIO

### ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 22/06/2023 13:41:23 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

#### ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** Parecer - PL 588-2023 - 1º turno.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** b37226dba07f1a91bbe41542e3f8c0543600115e90cd7f116fb924ae062d832a  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ BR Assinatura por CN=WAGNER DE JESUS FERREIRA:\*\*\*996816\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

#### ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 22/06/2023 13:27:17 UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

#### ▶ Informações do assinante

#### ▶ Caminho de certificação

#### ▶ Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## RESPOSTAS EM PAUTA

### 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.